

Deixar que o feminino se escreva como método: a escrita do impossível na pesquisa em Psicanálise¹

Elizabeth Fátima Teodoro²

Wilson Camilo Chaves³

Resumo

Este artigo propõe uma metodologia de pesquisa em Psicanálise, denominada “escrita do impossível”, concebida para investigar o feminino como operador clínico e conceitual, justamente por sua resistência à formalização tradicional e à lógica do todo. Em vez de reduzir o feminino a um objeto de representação conceitual, assume-se que ele se inscreve como impossível, sendo exatamente essa lógica que orienta o método. Fundamentada em uma abordagem teórico-clínica, a escrita do impossível se estrutura a partir de quatro princípios norteadores: (i) a lógica lacaniana do não-todo; (ii) a temporalidade freudiana do só-depois (*Nachträglichkeit*); (iii) a articulação com a semiótica tensiva, que orienta uma leitura-escuta sensível às intensidades; e (iv) a ética da clínica do escrito, que transita entre escuta e formalização. A metodologia propõe uma torção da escuta à leitura, introduzindo o conceito de (f)ato clínico como construção e acolhendo o não-saber como eixo ético de rigor e orientação do saber. Assim, a escrita do impossível se afirma como uma metodologia que permite que o feminino não seja apenas tematizado, mas se escreva como método, conduzindo a pesquisa a encarnar, e não apenas expor, a lógica de seu objeto.

Palavras-chave: Pesquisa em Psicanálise, Feminino, Escrita do impossível, Leitura-escuta, Não-todo.

1 Este artigo é fruto da metodologia desenvolvida na tese de doutorado intitulada *Não-toda escrita: cartografias para escrever o feminino*, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ). Financiamento: este trabalho conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

2 Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei - PPGPSI/UFSJ (Minas Gerais, Brasil), com pesquisas na área de fundamentos teóricos e filosóficos da Psicologia. Mestra pela mesma instituição. Psicóloga e enfermeira, especialista em gestão em saúde mental. Autora de livros sobre Psicanálise e saúde mental. E-mail: elektraliz@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0977-7265> Instagram: @elizabethfteodoro

3 Doutor em filosofia pela UFSCar - SP. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise do Departamento de Psicologia da UFSJ (NUPEP-DPSIC-UFSJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ (Minas Gerais, Brasil). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2368-0080> E-mail: camilo@ufsj.edu.br Instagram: @wilsoncamilochaves

Introdução

O desafio não é nomear o feminino por um método, mas acolher o feminino como lógica que escreve o próprio método.

(Teodoro, 2025)

A presença da Psicanálise no campo universitário coloca um desafio metodológico central: como construir uma pesquisa rigorosa sobre um objeto que, por estrutura, escapa à formalização tradicional, à totalização e à universalização? Esse impasse se torna ainda mais agudo quando se trata de temas como o feminino, que resiste às capturas conceituais estabilizadas e se inscreve como aquilo que escapa, fura e excede.

Desde os escritos inaugurais de Freud, a Psicanálise já apontava para uma tensão fundamental entre a exigência de rigor científico e a singularidade do inconsciente como campo irredutível à objetivação. Ao longo do século XX, essa tensão se intensificou com a crescente aproximação da Psicanálise ao meio acadêmico, no qual predominam parâmetros metodológicos como replicabilidade e padronização, muitas vezes incompatíveis com a lógica da escuta analítica.

No cenário contemporâneo, torna-se incontornável fundamentar metodologicamente as pesquisas em Psicanálise, tanto para garantir legitimidade institucional quanto para sustentar a transmissão do saber analítico para além do *setting* clínico e das Escolas. No entanto, como articular essa demanda metodológica sem comprometer os fundamentos éticos e clínicos que sustentam o discurso analítico?

A justificativa desta proposta metodológica parte da constatação, apontada por debates contemporâneos (Kessler & Silva, 2021), de que a aplicação de modelos científicos tradicionais à pesquisa psicanalítica frequentemente resulta na descaracterização de seu objeto. Essa dificuldade se acentua quando o objeto em questão é o feminino, cujo estatuto lógico, como resto, furo e não-todo, desafia os regimes de representação estabilizados (Birman, 1999). O feminino não apenas escapa à captura teórica tradicional, como tensiona as próprias condições de produção de saber. Diante desse impasse, torna-se necessário, como propõe Guerra (2001), tomar o próprio método clínico como paradigma para a pesquisa, sustentando a especificidade da Psicanálise como um território investigativo com um rigor que lhe é próprio.

O objetivo deste artigo é apresentar uma metodologia de pesquisa psicanalítica, denominada “escrita do impossível”, voltada para a investigação do feminino como operador epistêmico e clínico. O impossível, aqui, não é concebido como limite negativo, mas como condição mesma da escrita e da pesquisa. Trata-se de propor um tipo de rigor que não se ancora na totalização do saber, mas na escuta persistente daquilo que insiste como resto, falha e opacidade.

A hipótese que orienta esta proposta é que é possível construir um método psicanalítico de pesquisa que, em vez de aplicar categorias analíticas externas ao campo, parte do próprio funcionamento do inconsciente, da “lógica do não-todo” e da “ética do não-saber” como

operadores centrais. No caso do feminino, essa hipótese implica tomá-lo não como objeto a ser delimitado, mas como operador lógico-clínico que tensiona as formas tradicionais de formalização e exige uma abordagem metodológica que se oriente por sua resistência ao todo. Aposta-se, portanto, que o gesto clínico pode ser transposto à escrita sem que se perca sua potência, desde que se mantenha o vínculo com os princípios que organizam a experiência analítica.

A metodologia aqui desenvolvida tem natureza teórico-clínica e resulta da articulação entre os fundamentos da Psicanálise, tal como formulados por Freud e reformulados por Lacan, das contribuições da semiótica tensiva e de uma reflexão rigorosa sobre a prática da escrita em Psicanálise. Em vez de aplicar protocolos previamente estabelecidos, essa abordagem propõe uma ética da escuta e da leitura orientada pela falha, pelo furo e pelo resto. A escrita do impossível, ancorada nessa tradição que concebe o inconsciente como estrutura discursiva, opera não como decifração de enigmas, mas como leitura do que insiste como opaco.

Para desenvolver nossa proposta, o texto segue um percurso argumentativo que parte do fundamento filosófico para chegar à práxis. Primeiramente, discutimos como o impossível se constitui no próprio solo sobre o qual a pesquisa psicanalítica se move. A partir daí, demonstramos de que modo a clínica se converte no operador metodológico por excelência para lidar com essa condição. Na sequência, apresentamos os quatro princípios que sustentam conceitualmente a “escrita do impossível”. O passo seguinte é traduzir essa base em um gesto metodológico concreto, delineando um percurso para sua aplicação. Concluimos o artigo ao apontar as potências dessa abordagem para investigar outras experiências que, assim como o feminino, resistem à captura totalizante.

O impossível como condição de pesquisa

Para responder ao impasse metodológico apresentado, delineia-se aqui uma via de investigação que parte de um gesto radical: acolher o impossível não como obstáculo, mas como a própria condição da pesquisa. Esse gesto estabelece a base filosófica de todo o texto, operando como um axioma: o impossível não será um limite a ser superado, mas o próprio solo sobre o qual o pensamento pode se mover.

Essa proposta encontra fundamento em uma concepção de linguagem que recusa a completude do sentido. É nesse horizonte que a formulação de Jacques Lacan sobre o *mi-dire* (o “meio-dizer” da verdade), presente em diferentes momentos de seu ensino, especialmente nos seminários da década de 1970, oferece uma orientação decisiva. Importa destacar que esse semidizer não se refere a uma limitação contingente da linguagem. Ao contrário, trata-se da estrutura própria do dizer, que implica a impossibilidade de totalização do sentido.

Essa impossibilidade estrutural de totalização do sentido é precisamente o que Gerbase (2011), em *Hipótese lacaniana*, articula à falta de um significante fundamental no campo do Outro, afirmando que “só seria possível dizer toda a verdade se não faltasse um significante no Outro” (p. 52). É a partir dessa ausência que o autor localiza a diferença fundamental entre o real e o verdadeiro. Enquanto a verdade opera no campo simbólico, o real, para Gerbase (2011), é justamente esse “significante que falta no Outro” (p. 52).

Por ser essa fratura na própria linguagem, o real não se confunde com algo a ser revelado; ele se manifesta como aquilo que resiste à simbolização e “só poderia se escrever por um impasse da formalização” (p. 52). Ele aparece, enfim, no ponto em que a linguagem falha e o discurso tropeça. A escrita do real, portanto, não é uma representação, mas um gesto que se faz a partir de seus próprios furos.

A consequência dessa escrita do real a partir de seus furos é uma torção metodológica fundamental na própria prática psicanalítica. Gerbase (2011) articula essa virada de forma precisa ao afirmar que “a regra para tocar no sentido real do sintoma é tratar o inconsciente como o que se lê” (p. 55). Essa passagem da escuta para a leitura implica um movimento decisivo: para “tocar o sentido do sintoma no real, é preciso passar da fala ao escrito” (p. 54). Não se trata, como o autor esclarece, de pedir ao analisando que escreva, mas de responsabilizar o analista pela formalização do que escuta, em um gesto de inscrição análogo ao rigor da lógica matemática. O inconsciente, assim, revela-se menos como um discurso a ser interpretado e mais como um texto a ser lido, impondo a leitura como a operação central para extrair o saber que o sintoma porta.

Essa impossibilidade de dizer tudo funda, portanto, uma ética da escuta e da escrita na Psicanálise, uma ética que desestabiliza o ideal iluminista de uma verdade plenamente revelável. Nessa perspectiva, o saber inconsciente não se manifesta de maneira transparente, mas se inscreve justamente na falha: nos equívocos da linguagem, nos tropeços do significante e no sintoma que retorna como resto. É precisamente essa lógica que aqui se transpõe para o campo do feminino. Tal como a verdade, o feminino “não se diz todo”; ele não se define por uma essência, mas se insinua por fissuras, silêncios e deslizamentos. Essa estrutura do não-todo se torna, então, o *operador que orienta o método* desta proposta: não a busca por um dizer pleno que o capture, mas a sustentação atenta daquilo que emerge nos intervalos do meio-dizer.

Essa estrutura negativa do saber, fundada no furo, é o cerne da metapsicologia. Se em Freud ela já se revela no inconsciente que retorna em lapsos e sintomas, é Lacan quem a radicaliza ao inscrevê-la na própria estrutura da linguagem. Para ele, a ausência não é uma falha accidental, mas a condição do simbólico, sendo nesse ponto de impossibilidade que o feminino ganha seu estatuto conceitual: ele opera como um nome para essa falha fundadora. A célebre fórmula lacaniana – *a mulher não existe* – não designa uma ausência empírica, mas justamente esse furo estrutural que resiste à captura por um discurso totalizante. É a aposta em sustentar essa resistência ao fechamento simbólico que define o eixo metodológico desta proposta, convertendo o impossível, longe de um limite, em um operador de pensamento.

Contudo, o impossível em Lacan (1972-1973/2010) não é apenas uma lógica de não-todo formalizável; ele tem uma dimensão dinâmica, pois retorna como real, como gozo, aquilo que irrompe fora do sentido e resiste à simbolização. O gozo feminino é, nesse ponto, paradigmático: por ser impossível de dizer e não se inscrever inteiramente na lógica fálica, ele aponta para um real que insiste, transborda e ultrapassa qualquer tentativa de captura simbólica. Não se trata, portanto, de um conteúdo a ser interpretado ou traduzido em palavras, mas de uma experiência-limite que perpassa a linguagem sem se deixar nela fixar.

Essa experiência do real convoca, então, uma outra ética para a interpretação. Como propõe Gerbase (2011), o objetivo não é mais trazer o sentido do sintoma para o simbólico, mas sustentar uma aproximação ao real por outras vias. O gesto de interpretar, nessa chave, não significa explicar ou reduzir, mas tocar o seu núcleo opaco, aquilo que insiste e não se dissolve em sentido. O autor resume essa operação em uma fórmula precisa: “A fórmula da interpretação é ‘isto não tem sentido’, isso tem significação. Há um objeto que está sendo nomeado através desse significante, mas não sabemos como esse objeto é nomeado, ou seja, qual o seu sentido” (p. 56). Esse toque no real é o que Chaves (2021), em *A paixão pelo impossível*, descreve como um choque, um encontro com a falha da simbolização que *não cessa de não se escrever*. O impossível, então, revela sua dupla face: não é apenas o que não se pode dizer, mas também aquilo que retorna com uma intensidade avassaladora precisamente quando se tenta dizê-lo.

Essa forma de lidar com o impossível não constitui uma inovação tardia, no entanto está presente desde o gesto metodológico inaugural de Freud, cuja proposta resiste, ainda hoje, à cientificidade normativa. Desde o início, seu compromisso com o inconsciente implicava uma escuta que não se orientava pelo previsível, mas pelo inusitado, pelo sintoma que escapa às categorias prontas e aos manuais diagnósticos. Para ser fiel a esse objeto, Freud forjou um método capaz de escrever o impossível: conjugou rigor científico e uma vasta formação cultural ao recorrer a metáforas, mitos e à literatura para tornar transmissível o que é da ordem do singular extremo. Foi essa dinamicidade que lhe permitiu operar o deslocamento decisivo do dado em direção ao problema clínico: a histeria, por exemplo, deixou de ser um diagnóstico médico para se tornar campo de escuta; a sexualidade abandonou a condição de categoria patológica para se inscrever como questão investigável. Esse movimento só se tornou possível porque Freud submeteu essas manifestações ao efeito de estranheza próprio do saber inconsciente.

É também nesse movimento que este artigo se propõe a situar o feminino: não como evidência empírica ou categoria identitária, mas como resto clínico, como aquilo que se insinua no discurso sem jamais se deixar capturar por inteiro. Tal como formulado por Lacan (1972-1973/2010), o feminino não se reduz a um conteúdo ou essência, mas opera como uma lógica do não-todo: uma posição discursiva que pode ser ocupada por qualquer sujeito. Ao escapar à totalização fálica, essa lógica encarna precisamente o impossível que se busca sustentar. Ela opera, como sugere Maurano (2023) em *Reviramentos do feminino*, como a força que desorganiza e desafina toda tentativa de completude simbólica.

Sustentar essa lógica do impossível exige, dessa forma, mais do que um referencial teórico: impõe uma ética da escuta e da escrita. A pergunta que se impõe é, então, de ordem metodológica: que tipo de método pode acompanhar aquilo que resiste à formalização tradicional, orientando-se justamente pelo que falha e pelo que falta na linguagem? A resposta não está em um protocolo fechado, mas na própria clínica, que aqui se apresenta não como campo de aplicação, mas como o verdadeiro operador metodológico da Psicanálise. É nesse espaço, em que se escuta o que insiste por entre as falhas do discurso, que o impossível se revela não como obstáculo, mas como condição. É a partir desse horizonte que se delineia, no que segue, o gesto clínico como método.

A clínica como operador metodológico

Se o impossível é a condição que sustenta o pensamento, é na clínica que essa premissa encontra seu campo de aplicação mais radical. A Psicanálise, desde sempre, demandou uma escrita capaz de acolher o inapreensível: não uma sistematização conclusiva, mas uma construção formal que, segundo a análise de Iannini (2017) em “Epistemologia da pulsão: fantasia, ciência, mito”, utiliza uma linguagem “metafórica, mítica, analógica” para acompanhar “as sutilezas e contradições de um objeto teórico que tem por natureza esse escapar por entre as malhas do conceito” (p. 125, grifos nossos). Essa mesma lógica reverbera na leitura de Assoun (1996) sobre a metapsicologia, que para ele não é uma base teórica estática, mas um modo de manter vivo o laço com a clínica, pois está sempre “[...] alimentando-se do verdor da experiência clínica” (p. 14).

Em ambas as perspectivas, a teoria não é uma grade a ser aplicada, mas um gesto que prolonga a experiência, elaborando conceitualmente o que nela se apresenta como excesso, resto e contradição. Trata-se, em suma, de um método que não busca a transparência, mas que inventa modos de sustentar o que escapa, dando forma ao que comparece como acontecimento.

Esse enraizamento na clínica remonta ao próprio gesto de Freud, para quem a Psicanálise não era um sistema a ser aplicado, e sim um corpo de saber que emerge diretamente da experiência. Desde sua origem, a clínica psicanalítica se afirma não como lugar de testar hipóteses, mas como campo privilegiado no qual o saber se constitui e se transforma. Trata-se de sustentar uma posição de escuta em relação ao que insiste, retorna e fura o saber instituído. Esse posicionamento é o que permite, como argumenta Guerra (2001), extrair um método da própria lógica do trabalho clínico, em vez de importar modelos externos.

Vorcaro (2019), em seu artigo “A verdade da experiência da transmissão em Psicanálise”, fundamenta essa prática ao apontar para a “impossibilidade da transmissão do saber Todo na clínica” (p. 428). É por essa razão que o que se transmite não é um relato totalizante, mas um fragmento que testemunha um acontecimento. O caso clínico, assim, deixa de ser uma simples ilustração teórica para se tornar um paradigma, um deslocamento que Silva (2019) explora em *O que significa elevar um caso ao paradigma?*, permitindo que a própria parcialidade do caso transmita o real da experiência analítica.

Essa lógica se estende, então, ao campo da pesquisa em Psicanálise, por meio do que propomos nomear como *clínica da escrita*, termo que, embora aqui ganhe uma inflexão própria, dialoga diretamente com o horizonte aberto por Allouch (2007) em *A clínica do escrito*. Trata-se de uma modalidade de investigação que, como sustenta Iribarry (2003) no artigo “O que é pesquisa psicanalítica?”, posiciona o pesquisador como o “primeiro sujeito de sua pesquisa” e se vale da “transferência instrumentalizada” com o saber que escapa, mantendo o gesto clínico como seu operador metodológico. Tal gesto implica uma disposição a ser atravessada pelo que emerge, sustentando uma ética do não-saber para poder acompanhar o que fura o conhecimento estabelecido.

É essa postura que permite estender o gesto da escuta aos próprios textos: não se trata de dissecá-los como cadáveres sobre a mesa de um cientista, mas de abordá-los como corpos simbólicos intensos, que falam, escapam e se rasuram. A escuta que daí emerge, por

operar com o significante e não com o signo, como diferencia Iribarry (2003), não se satisfaz com a decifração; ela é, por natureza, intensiva, fragmentária, retroativa e, sobretudo, ética.

Mas como escutar um texto como quem escuta um sintoma? Como sustentar essa escuta que não busca decifrar, mas se deixa afetar pelo que escapa? Inspirados na *leitura-escuta*, conceito proposto por Iribarry (2003), cada texto foi lido como quem acompanha o percurso de uma análise: não como objeto, mas como corpo que fala. Nessa prática, que opera por associação livre, retornos e restos, escuta-se o que volta, o que insiste, o que não se articula claramente. Não se trata de decifrar, mas de acompanhar; não de reduzir a um único sentido, mas de sustentar o que aparece como furo.

É nesse ponto que a escuta, como sugerem Wieczorek et al. (2020), no artigo “O (f)ato clínico como ferramenta metodológica para a pesquisa clínica em Psicanálise”, faz surgir o (f) ato clínico: o real que emerge não como um dado, mas como uma construção. A escuta clínica se revela, assim, não apenas um dispositivo técnico, mas um gesto epistemológico que funda uma forma de investigação na qual a teoria se escreve a partir do que acontece. A clínica não é o objeto da pesquisa; é sua cena primeira.

À luz disso, a pergunta de Calazans e Neves (2010), no artigo “Pesquisa em Psicanálise: da qualificação desqualificante à subversão”, torna-se axial: “Que método há para a pesquisa em Psicanálise?” (p. 202). A resposta que os autores oferecem é precisa: “se método há... ele é a própria clínica: uma práxis que se estrutura não em torno de um saber, mas de um não-saber⁴” (p. 202). Esse não-saber sustentado, que Lacan aproxima da *douta ignorância*, constrói-se metodicamente pela escuta orientada na transferência e pela abertura ao imprevisto que marca toda experiência analítica. A clínica opera, nesse sentido, como uma forma de pensamento: não um que fecha, mas um que se deixa atravessar pelo que acontece.

De modo complementar, Green (2010), em sua obra *El pensamiento clínico*, lembra que toda pesquisa em Psicanálise se enraíza no que ele nomeia como *pensamento clínico*. Mesmo quando a elaboração teórica se afasta da referência direta ao caso, ela não perde esse enraizamento, pois o pensamento que dela emerge continua estruturado pelo acontecimento clínico e sua resistência à universalização. A distância entre teoria e prática permanece, assim, irreduzível: para o autor, “jamais a clínica será uma aplicação sem resto da teoria” (p. 13, tradução nossa). A força da clínica, nesse sentido, está precisamente naquilo que nela escapa: o fragmento, o detalhe, o tropeço, o sintoma que não se deixa diz-solver.

É nesse ponto que a escuta clínica assume a função do testemunho⁵: uma prática que não busca decifrar, e sim que se oferece como um lugar para, nas palavras de Lispector

4 A noção de “não-saber” na Psicanálise não se refere à ignorância, mas a uma posição ética e metodológica ativa. Trata-se da *douta ignorância* (*docta ignorantia*), um gesto de suspender o saber prévio e as certezas teóricas para permitir que um saber novo, singular ao caso ou ao texto, possa emergir a partir dos pontos de falha e do inesperado. Assim, o não-saber não é o oposto do saber, mas a condição rigorosa para a sua invenção.

5 O projeto *Clínicas do testemunho*, realizado em convênio com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil, foi uma iniciativa pioneira para oferecer reparação psíquica aos afetados pela violência de Estado durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985). A proposta visava, por meio da escuta psicanalítica, devolver a voz e construir memórias para aqueles cujas vidas foram marcadas pelo trauma e pelo silenciamento imposto. Para saber mais, ver *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias* (2014).

evocadas no livro *Clínicas do testemunho*, “captar essa ‘outra coisa’ de que na verdade falo porque eu mesma não posso” (Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2014, p. 133).

É nesse horizonte, que faz do resto a sua potência e da escuta um ato de testemunhar, que se inscreve nossa proposta: uma clínica da escrita do impossível, cujos princípios norteadores da leitura-escuta, a serem apresentados a seguir, sustentam um método ético e fragmentário de pesquisa.

Os princípios da escrita do impossível

Dessa travessia, que partiu de um axioma filosófico e encontrou na clínica o seu método, desdobram-se enfim nos gestos práticos que orientam esta proposta, aqui reunidos sob o nome de escrita do impossível. Essa escrita articula, em um mesmo gesto, diferentes modos de sustentar o impossível: uma dimensão *clínica*, porque escuta o sintoma; uma *arqueológica*, porque escava as camadas do que foi soterrado; e uma tensão que, como aponta Lacan (1968-1969/2008), especialmente em seu *Seminário 16, De um Outro ao outro*, opera entre o matema e o poema. Ela é, simultaneamente, *teórica*, ao se ancorar na tradição analítica e arriscar a formalização, e *poética*, porque pulsa naquilo que escapa a toda e qualquer fórmula. Não se trata, portanto, de um método a ser aplicado como manual. A escrita do impossível não nasce pronta: ela toma forma com o trabalho, movendo-se em resposta ao que emerge no processo. É uma proposta que se constrói na borda, na qual o rigor se exerce não para fechar o que escapa, mas para escutar o que só pode aparecer na falha, reinventando-se a cada gesto no encontro com o impossível.

Entre o clínico, o arqueológico, o poético e o teórico, abre-se o espaço da escrita do impossível. Nesse espaço, não cabem manuais, mas princípios que funcionam como bússolas⁶: não oferecem garantias nem protocolos, apenas orientam o percurso no rastro do que escapa.

O primeiro e mais fundamental desses princípios é a *lógica do não-todo*, formalizada por Lacan em seu *Seminário 20*. Na prática da pesquisa, adotá-la como guia significa abandonar a busca por um saber totalizante. O objetivo não é chegar a uma conclusão universal que defina o objeto, mas, ao contrário, sustentar o que escapa, o que falta e o que resiste à inscrição completa. Isso implica uma postura ética: o pesquisador se recusa a fechar o sentido e se compromete a acolher a fratura da linguagem. Metodologicamente, essa lógica se traduz em uma escrita espiralada e não linear, que avança por aproximações e dobras, reconhecendo que toda verdade é não-toda e só pode ser meio-dita. Em vez de produzir respostas, a pesquisa orientada pelo não-todo cartografa as tensões e os furos do saber, afirmando a incompletude não como falha, e sim como condição.

Essa lógica se aprofunda ao compreendermos que o feminino opera como uma exceção que não confirma a regra, mas a fura. Mobilizamos aqui, em uma transposição teórica, o conceito de “exclusão-inclusiva” de Agamben (2002) para pensar como o feminino

6 A escrita do impossível, como gesto metodológico, articula quatro vetores que se entrelaçam: um vetor lógico-estrutural (a lógica do não-todo); um vetor temporal (o só-depois freudiano); um vetor sensível-afetivo (a semiótica tensiva); e um vetor ético-operacional (a clínica do escrito de Allouch).

pode ser incluído na ordem simbólica justamente como aquilo que não é totalmente contido por ela. Essa posição paradoxal, que ecoa a “exceção feminina” de Pommier (1987), revela que a universalidade da lógica fálica só se sustenta porque há um resto que escapa a ela, mas que, ao mesmo tempo, é sua condição de existência. Portanto, um método orientado pelo não-todo deve estar atento a essa presença que se afirma pela ausência, escutando o que sustenta a estrutura a partir de seu próprio ponto de falha. Essa postura se opõe diretamente à lógica do “tudo-saber” (*tout-savoir*) que rege o discurso universitário, no qual o impossível de saber é frequentemente traduzido como impotência (Kessler & Silva, 2021).

O segundo princípio é temporal: a escrita se orienta pelo *só-depois freudiano* (*Nachträglichkeit*)⁷, conceito fundamental da metapsicologia no qual o sentido não é um ponto de partida, mas algo que se revela retroativamente. Essa lógica subverte o percurso acadêmico tradicional, que avança linearmente do plano à execução. Na prática desse método, o pesquisador não executa um roteiro prévio, mas se abre à contingência, acolhendo os achados que emergem de forma fragmentada. A estrutura e a coerência da pesquisa não são, portanto, impostas de antemão, mas construídas a partir de um trabalho retroativo de escuta do texto, no qual um *insight* tardio pode ressignificar todo o material recolhido no início. A escrita torna-se, assim, o próprio lugar no qual o saber se constitui, e não apenas o seu registro final.

Essa temporalidade é particularmente crucial para a investigação do feminino. Por se situar na borda do simbólico, ele não é acessível diretamente. Como lembra Maurano (2023), o feminino permanece “como o que pode se re-apresentar, e não se representar. Tal re-apresentação implica a intrusão consentida ou não dos efeitos desse feminino em nós” (p. 33). Desse modo, assim como o inconsciente freudiano, o feminino só pode ser lido *a posteriori*, pelos efeitos que deixa. Por operar como uma força que desorganiza e desloca o saber já constituído, ele exige um método que, em vez de tentar capturá-lo de antemão, se abra à contingência para permitir que algo de sua lógica emergja na própria forma da pesquisa. Confiar no *só-depois* é, portanto, criar as condições para que o feminino não seja apenas um tema, mas um acontecimento que reconfigura a própria pesquisa em ato.

O terceiro princípio busca uma escuta para além do significado, atenta à dimensão sensível e material da linguagem. A inspiração vem da noção de *escrita feminina* de Branco (2024), uma prática que não busca suturar a perda, mas que pulsa em um ritmo próprio, marcado menos pela sintaxe e mais pelo canto. Para a autora, esse é um tipo de texto que se aproxima, assim, de uma “linguagem materna, desse estágio pré-linguístico dos balbucios, dos sussurros, dos gemidos e do grito” (p. 66). Para dar conta dessa musicalidade, recorreremos à *semiótica tensiva* de Zilberberg (2011), que opera uma “virada sensível” no campo da análise. Em vez de operar com oposições binárias (presença/ausência), a semiótica tensiva trabalha com gradações, mapeando o sentido a partir de dois eixos: a intensidade (os “estados de

7 A noção de *Nachträglichkeit*, ou *a posteriori*, é um pilar da metapsicologia freudiana introduzida de forma decisiva já em seus primeiros trabalhos, como no *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1895/2003). O conceito é central para a teoria do trauma, pois postula que um evento não é traumático em si mesmo, mas pode se tornar patogênico retroativamente, quando uma segunda cena, posterior, lhe confere um novo significado que o psiquismo não consegue elaborar.

alma”, a força de um afeto) e a extensidade (os “estados de coisas”, a dispersão de um acontecimento no tempo e no espaço).

Essa abordagem oferece ferramentas concretas para calibrar a leitura-escuta. A análise passa a acompanhar quatro operadores principais: o andamento (a velocidade e o ritmo de um discurso ou gesto), a tonicidade (a força e a energia afetiva que o atravessa), a temporalidade (a forma como o tempo é subjetivamente contraído ou dilatado) e a espacialidade (o modo como o sujeito habita afetivamente o espaço). Escutar com esses operadores significa prestar atenção não apenas ao conteúdo de uma fala, mas às suas modulações: a uma aceleração súbita, a uma hesitação, a uma mudança no volume da voz ou a um silêncio denso.

Na prática, isso permite ler o feminino não como ausência, e sim como um campo de fluxo, tensões e pulsações. No caso Dora, analisado por Freud, por exemplo, o andamento de seu relato sobre o sonho do incêndio, com suas acelerações e paradas bruscas, é tão clinicamente relevante quanto o enredo do sonho. Da mesma forma, a tonicidade de seu gesto repetitivo com a bolsinha revela uma condensação de afeto que a fala não consegue conter. Uma clínica que privilegia as intensidades, sendo assim, não busca traduzir o irrepresentável, mas o acompanha como potência de inscrição, reconhecendo que o feminino se escreve nessas variações que insistem nas margens do dizível.

Por fim, o quarto princípio se ancora na ideia de que entre o que se escuta e o que se escreve há sempre uma borda, um intervalo. A escrita psicanalítica, sobretudo quando tenta sustentar o feminino, não opera pela representação direta, mas por gestos que tangenciam o que escapa. É nesse ponto que a proposta de Allouch (2007) deixa de ser apenas reflexão e se torna método. A escrita se transforma em uma prática ética que acolhe o impossível não como limite, mas como a própria condição do pensamento. As operações que se seguem funcionam, juntas, como uma ética da borda: em vez de interpretar, testemunhar; em vez de compreender, bordejar.

Essa ética se desdobra em três gestos, entendidos não como técnicas, mas como posições do pesquisador diante do ilegível. Na *tradução*, acolhe-se a perda inevitável de sentido, reconhecendo que o feminino sempre aparece como o resto que escapa. Na *transcrição*, a escuta se volta para a vibração que transforma, o ritmo e a voz que não se reduzem à palavra articulada. Por fim, na *transliteração*, o gesto mais radical, o pesquisador segue “o corpo da letra como traço que fura o código” (Teodoro, 2025, p. 350), sustentando o ilegível em sua opacidade, sem a pressa de significá-lo. Ler o feminino, nessa chave, é sustentar uma “clínica da transliteração”, que acompanha o que vibra no silêncio e no que insiste como marca.

A escolha por uma metodologia que emerge do próprio corpo da escrita foi, desde o início, parte constitutiva deste trabalho. Como escrever sobre o feminino sem traí-lo na forma? Como sustentar um gesto que, mesmo em meio à linguagem acadêmica, não silencie o furo que o feminino convoca? Essa posição, embora em tensão com os modelos tradicionais, encontra sustentação na própria Psicanálise. Como argumentam Wieczorek et al. (2020), a pesquisa psicanalítica não é a aplicação de um método prévio, mas a sustentação de um ato: um gesto de escuta e de escrita no qual o método é inseparável do próprio processo.

O que aqui se propõe, portanto, não é a recusa do rigor, mas a invenção de um rigor outro: um que escuta, hesita e não fecha. Essa forma de produzir saber, sustentada

no não-todo, na escuta retroativa, nas intensidades e na clínica da escrita, inscreve-se no gesto que nomeamos escrita do impossível. Ela não é uma técnica, mas uma ética que faz da borda sua condição e da falha sua força. Nela, método e objeto convergem, de modo que a própria pesquisa não apenas expõe, resultando em uma escrita espiralada, feita de restos e retornos, que performa a coerência entre forma e conteúdo. Não se trata, enfim, de falar do feminino por um método, mas de deixar que o feminino se escreva como método. Essa é a escrita do impossível.

O gesto metodológico em ato: percurso da escrita do impossível

Dessa travessia, que partiu de um axioma filosófico e encontrou na clínica o seu método, desdobram-se enfim os gestos práticos que orientam esta pesquisa. A escrita do impossível não é um protocolo a ser aplicado como manual, mas um modo de operar que toma forma com o trabalho, reinventando-se a cada gesto. Mas, então, como esse método funciona na prática? Como se traduz essa base teórica em um gesto concreto? O que se apresenta a seguir não é um guia prescritivo, mas o delineamento dos movimentos que funcionam como bússolas: não oferecem garantias, apenas orientam o percurso no rastro do que escapa.

A delimitação do corpo (e não do corpus)

O primeiro gesto do método consiste em uma torção na abordagem do material de pesquisa. Seja um texto teórico ou literário, seja um caso clínico, seja outra manifestação discursiva, ele não é tratado como um *corpus* de dados a ser dissecado como um cadáver sobre a mesa de um cientista. Ao contrário, o pesquisador deve se aproximar dele como quem se aproxima de um corpo de inscrição: uma superfície pulsional que, embora marcada pelo simbólico, demonstra sua vitalidade exatamente naquilo que lhe escapa. O objetivo, dessa forma, não é a análise de conteúdo em busca de um significado final. A leitura-escuta orienta-se por uma prática análoga à associação livre, na qual se acompanha o “desfile de significantes” para identificar seus pontos de falha, seus furos, seus ritmos e suas opacidades. Trata-se de sustentar o que emerge como “equivoco” ou “suspensão”, pois é ali que o irrepresentável insiste em se inscrever (Iribarry, 2003).

Na prática, essa abordagem significa deslocar o foco da decifração do sentido para o acompanhamento da inscrição. O pesquisador se abstém de tentar traduzir imediatamente o material em conceitos ou interpretações fechadas. Em vez disso, seu trabalho é acompanhar as modulações do texto: os momentos em que a linguagem pulsa, hesita, acelera ou se interrompe. A escuta não se pergunta “o que isso significa?”, mas sim “como isto se inscreve?”. O resultado desse gesto não é a extração de uma verdade oculta, mas a sustentação do acontecimento da presença subjetiva em sua forma ainda bruta. Ao fazer isso, o método acolhe o que insiste como “resto, ruído e rasura”, tratando a falha não como um erro a ser corrigido, mas como a própria matéria-prima da pesquisa.

Para ilustrar esse gesto, tomemos a obra *Água Viva*, de Clarice Lispector. Uma análise tradicional poderia buscar o enredo ou os temas filosóficos. Já a escrita do impossível abordaria

o livro como um corpo que pulsa. O pesquisador se atentaria menos à linha narrativa e mais ao ritmo da escrita (Branco, 2024), às frases que se fragmentam e à forma como o texto parece “respirar”. O próprio livro nos instrui sobre esse modo de leitura quando a narradora afirma: “Não se preocupe em entender. Viver ultrapassa todo entendimento” (Lispector, 1980, p. 21). A pesquisa, nesse caso, não buscaria “entender” a obra, mas acompanhar como ela performa a própria impossibilidade de ser totalmente compreendida, sustentando essa tensão como seu achado central.

A posição do pesquisador: uma ética do não-saber

A escrita do impossível exige que o pesquisador se posicione como o “primeiro sujeito de sua pesquisa” (Iribarry, 2003, p. 122). Tal gesto, como aponta o autor, implica uma disposição para ser atravessado pelo que emerge, sustentando uma “ética do não-saber” (Calazans & Neves, 2010) a fim de acompanhar o que fura o conhecimento estabelecido. O rigor metodológico, portanto, não advém de uma neutralidade impossível, mas da sustentação dessa abertura ao imprevisto e da “transferência instrumentalizada” com o saber que escapa (Iribarry, 2003). A pesquisa torna-se, assim, uma cena de implicação subjetiva na qual o saber não é aplicado de fora, mas se produz na própria travessia. Essa postura é análoga à do analisante, pois, como descreve Guerra (2001), é o próprio pesquisador quem se coloca em transferência com o texto, permitindo que o saber emergja das lacunas e resistências encontradas. Isso significa que o conhecimento pode emergir de forma a contrariar as hipóteses iniciais, as convicções teóricas e até mesmo as resistências do próprio pesquisador, forçando-o a se reposicionar diante do que a leitura-escuta revela.

Na prática, essa postura se traduz em um trabalho constante com a transferência instrumentalizada, processo no qual o pesquisador utiliza a própria implicação subjetiva como ferramenta de análise (Iribarry, 2003). Em vez de tentar eliminar sua subjetividade, ele se dirige ao material a partir de suas “impressões transferenciais”, atento aos ecos e ressonâncias que a leitura-escuta provoca em si. Concretamente, isso significa registrar não apenas as observações sobre o corpo de inscrição, mas também as próprias hesitações e surpresas que emergem durante o percurso. Sustentar a ética do não-saber é, portanto, resistir à pressa de enquadrar o material em teorias prévias, permitindo que a própria pesquisa transforme o pesquisador, pois, como afirma Iribarry (2003), a consistência do método “revela um autor em sua opacidade” (p. 130). Isso significa que o rigor do método psicanalítico não está em esconder a subjetividade do pesquisador, mas em trabalhar com ela. A pesquisa se torna consistente não apesar da “opacidade” do autor, mas *por causa* dela. Ao se incluir na pesquisa, o autor se revela, sendo essa honestidade e implicação que dão força e autenticidade ao trabalho.

Para ilustrar, imaginemos um pesquisador que, ao analisar um poema sobre o luto, sente uma súbita e inexplicável irritação com um verso específico. Uma abordagem tradicional o levaria a descartar esse sentimento como um “viés” pessoal, uma distração a ser superada. Já o método da escrita do impossível o convida a fazer o oposto: tomar a própria irritação como um dado da pesquisa. O pesquisador se perguntaria: “Por que este verso me provoca? Que resistência minha ele toca? O que essa minha reação revela sobre uma tensão

no próprio poema que uma leitura neutra não perceberia?”. A opacidade do pesquisador (sua irritação) não é um obstáculo, mas a própria via de acesso a um “furo” no corpo de inscrição. É precisamente essa implicação que torna cada pesquisa singular. Outro pesquisador, com seus próprios pontos de opacidade, poderia sentir tristeza em vez de irritação, o que o levaria a uma trilha investigativa completamente diferente, porém igualmente rigorosa. O resultado, portanto, nunca é replicável, pois emerge do encontro único entre um corpo de inscrição e a subjetividade de um pesquisador.

A prática da leitura-escuta

O gesto central da investigação é a leitura-escuta, um conceito que Iribarry (2003) propõe para descrever a postura psicanalítica diante de um texto. Não se trata de uma leitura comum, que busca o sentido do que está dito, mas de uma escuta que lê a própria enunciação, tratando o inconsciente não como um discurso a ser interpretado, mas como “um texto a ser lido” (Gerbase, 2011, p. 55). O objetivo é “sacar o ponto de um equívoco, de uma suspensão” (Iribarry, 2003, p. 127), ou seja, identificar na materialidade do texto os momentos em que a linguagem falha, tropeça ou se interrompe. É nesses furos que o inconsciente se manifesta e é para eles que a escuta do pesquisador deve se dirigir.

Na prática, a leitura-escuta se assemelha à atenção flutuante do analista, operando por um método análogo à associação livre. O pesquisador se permite ler o material de forma não linear, atento ao que volta, o que insiste, o que não se articula claramente. Em vez de seguir um argumento principal, a escuta se volta para os retornos e restos da escrita. Isso significa identificar repetições, contradições ou mudanças súbitas de ritmo. O pesquisador não busca interpretar esses pontos para “resolver” o enigma, mas os sustenta como a própria matéria-prima da análise.

Para ilustrar: ao analisar um romance, em vez de focar a trajetória do protagonista, o pesquisador se atentaria a uma palavra ou imagem que se repete de forma insistente e, à primeira vista, sem sentido. Essa repetição, um “tropeço” no discurso, se tornaria o eixo da análise, não por seu significado simbólico, mas por sua insistência como “resto” que a narrativa não consegue digerir. O trabalho seria, então, não o de traduzir essa repetição, e sim o de cartografar os seus efeitos e ressonâncias ao longo de todo o corpo de inscrição.

A construção do (f)ato clínico de leitura-escuta

O resultado da leitura-escuta não é uma interpretação que fecha o sentido, mas a construção do que aqui nomeamos (f)ato clínico de leitura-escuta, em diálogo com a proposta de “(f)ato clínico” de Wiczorek et al. (2020). Diferentemente de um “dado” bruto e objetivo, o (f)ato clínico de leitura-escuta é “o real que emerge não como um dado, mas como uma construção” (p. 204). Ele é o ponto de furo, o impasse ou a opacidade que, uma vez identificado, revela-se não como um problema a ser resolvido, mas como o próprio eixo em torno do qual a pesquisa passará a girar.

Na prática, o (f)ato clínico de leitura-escuta emerge da insistência de um “resto” no material: uma repetição, um silêncio ou uma contradição que a escuta não consegue

assimilar. Ele não é procurado ativamente, mas “acontece” no encontro entre a subjetividade do pesquisador e o corpo de inscrição. Sustentar a ética do não-saber é justamente o que permite que esse acontecimento ocorra. A escuta clínica se mostra, assim, não um dispositivo técnico, mas um “gesto epistemológico” que funda uma investigação na qual “a teoria se escreve a partir do que acontece” (Wieczorek et al., 2020, p. 204). O (f)ato clínico de leitura-escuta é, assim, o achado da pesquisa, o ponto de real que emerge da própria prática.

Retomando o exemplo de Clarice Lispector, o (f)ato clínico de leitura-escuta não seria uma tese sobre a solidão na obra da autora, mas sim a própria insistência da palavra “instante” ao longo de *Água Viva* (Lispector, 1980). A pesquisa não buscaria “explicar” o que a palavra significa, mas a trataria como um (f)ato: um ponto de intensidade que organiza a pulsação do texto. A análise se construiria, então, em torno dessa palavra, acompanhando suas aparições e os vazios que ela cria, tratando-a não como um símbolo a ser decifrado, e sim como um acontecimento de linguagem que fura a narrativa.

A escrita como borda do impossível

Finalmente, a própria escrita da pesquisa deve encarnar a lógica que propõe. Ela se orienta por uma “ética da borda”: um gesto que não busca explicar o furo ou resolver o impossível, mas que se compromete a bordejar sua presença. Em vez de interpretar, a escrita testemunha; em vez de compreender, acompanha. O texto resultante não se oferece como um saber fechado e conclusivo, mas como o “rastro de um percurso”, uma “cartografia provisória” que assume sua própria incompletude como parte do rigor metodológico.

Na prática, essa ética se materializa nos três gestos propostos por Allouch (2007): tradução, transcrição e transliteração. O pesquisador, ao escrever, assume que sua análise é sempre uma tradução imperfeita que acolhe a perda de sentido. A escrita se torna também uma transcrição da intensidade do material, atenta ao ritmo e à voz que não se reduzem à palavra. E, no gesto mais radical, a transliteração, a escrita não tenta mais significar, mas segue a letra como traço que fura o código, sustentando a opacidade do (f)ato clínico de leitura-escuta sem a pressa de dissolvê-lo em uma interpretação.

Para ilustrar: a seção de considerações finais de um artigo escrito sob esse método não buscaria apresentar conclusões definitivas ou “provar” a hipótese inicial. Em vez disso, ela funcionaria como uma “bordadura”, um gesto de “alinhar sem costurar”. O texto poderia retomar os furos encontrados ao longo da análise, não para fechá-los, mas para sustentá-los como campo de pensamento aberto. A escrita final não entregaria uma resposta, e sim performaria a própria pergunta, encarnando em sua forma “espiralada, feita de restos e retornos”, a coerência entre o método e o objeto.

Aplicações e potências da escrita do impossível

A metodologia aqui proposta, embora formulada a partir do campo do feminino, não se limita a ele. O que se sustenta é uma forma de pesquisa capaz de lidar com aquilo que não

se deixa dizer todo, com experiências que escapam à representação simbólica plena, que se situam nos limites do discurso e da formalização.

Esse gesto metodológico se mostra especialmente potente em relação a experiências clínicas e sociais marcadas pelo impossível, como o luto, o trauma, as vivências de transgeneridade, as heranças da colonialidade e outras formas de subjetivação que não se acomodam a categorias universais. Nesses contextos, a proposta da escrita do impossível funciona como uma ética da escuta e da leitura, capaz de sustentar o que escapa, o que retorna como resto, o que se escreve a contrapelo do sentido dominante.

No campo do luto, por exemplo, a metodologia se mostra potente. Em diálogo com a proposta de Allouch (2004) em *Erótica do luto*, compreendemos que uma perda radical não abre uma falta no simbólico a ser elaborada, mas “faz furo no real”. Diante disso, o que se apresenta não é a possibilidade de traduzir o sofrimento em sentido, mas a insistência de algo que não se elabora e precisa ser sustentado em sua opacidade. A escrita do impossível oferece, então, uma escuta que não visa à cicatrização, mas que permite acompanhar esses restos, sustentando a presença do que falta sem a exigência de uma conclusão.

No campo do trauma, a metodologia encontra um de seus terrenos mais potentes. Sobretudo naquele trauma que se inscreve na carne e na linguagem como ruptura, como em casos de abuso ou violência estrutural, a escrita do impossível opera não por reconstruir narrativas totalizantes, mas por escutar o “irrompimento do real”. Como Freud (1920/2020) demonstrou, a experiência traumática retorna não porque foi recalcada, mas porque nunca pôde ser plenamente representada. Nesses casos, como aponta Green (2009), o “trabalho do negativo” – processo que transforma a ausência em símbolo – falha, e o afeto permanece como uma “massa informe” que transborda a linguagem. A leitura-escuta, nesse contexto, volta-se para a compulsão à repetição: aquilo que retorna como gesto, que falta na história e que se “escreve aos pedaços”, configurando um (f)ato clínico que sustenta a fratura, em vez de tentar suturá-la com sentido.

As experiências de transgeneridade, por sua vez, tensionam os limites dos discursos de identidade e da linguagem normativa. Em diálogo com o pensamento de Butler (2003) e Preciado (2018), que desafiam o binarismo e o essencialismo sexual, o corpo trans, quando lido à luz da lógica do não-todo, não é reduzido a um lugar de falta nem a uma essência. Ele se revela como um “campo de variações”: um território de “inscrição pulsional e de invenção subjetiva” que escapa às normas simbólicas estabelecidas. Diante disso, a escrita do impossível oferece uma escuta clínica que não busca enquadrar ou normalizar, mas que sustenta essa variação sem a pressa de nomeá-la por completo. O método abre espaço, assim, para uma pesquisa que não captura o sujeito em uma identidade fixa, mas que testemunha o seu devir.

Perante as marcas da colonialidade, que produziu historicamente o apagamento de saberes, corpos e modos de existência, essa metodologia se apresenta como um contramétodo: uma forma de resistência à captura epistêmica. Pesquisar sob essa lógica implica escutar o que foi silenciado, restituindo o valor do resto, do apagado, do que se transmite por desvio. É uma prática que se alinha à *escrivência* de Conceição Evaristo (2020), na qual a escrita emerge do corpo e da memória para rasurar o cânone e reinscrever a existência como potência. Nesse sentido, a escrita do impossível encontra aliança com as epistemologias do

sul, valorizando saberes fragmentários, orais e performativos que foram marginalizados pela razão universalista.

Essa proposta, nesse sentido, não se encerra em uma epistemologia da Psicanálise, mas se desdobra como gesto de pesquisa transdisciplinar, abrindo espaço para a clínica ser mais do que aplicação: ser método, política e escritura. Nessa travessia, a “clínica da escrita” torna-se ferramenta para acompanhar o inapreensível, e o feminino, seu operador lógico por excelência, mostra-se como chave para sustentar outras formas de impossível.

Considerações finais

O percurso deste artigo não visou oferecer um protocolo fechado, mas sustentar a invenção de um “rigor outro” para a pesquisa em Psicanálise – um rigor que não recua diante do impossível, mas que faz da falha, da borda e do resto a sua própria condição de pensamento. A proposta da escrita do impossível emerge, assim, como uma ética na qual método, objeto e forma convergem. Demonstramos como essa ética se traduz em um percurso prático, orientado por quatro princípios e cinco gestos metodológicos que permitem uma escuta atenta ao que não se deixa capturar. Nessa perspectiva, a pesquisa não apenas expõe seu objeto, mas encarna sua lógica não-toda, performando em sua própria estrutura a coerência que propõe.

É preciso reconhecer, contudo, os limites deste trabalho. Por se tratar de uma construção teórico-conceitual, a aplicação detalhada deste método em contextos clínicos diversos permanece como um campo a ser explorado. Além disso, a seção sobre as aplicações apenas iniciou o diálogo com correntes críticas, como os estudos decoloniais e as teorias transfeministas. Tais diálogos, longe de serem um limite, abrem caminhos férteis para pesquisas futuras: investigações que se dediquem a aplicar os gestos da escrita do impossível a casos contemporâneos ou que explorem a escuta do furo em outras manifestações do irrepresentável, como no trauma e nas experiências de gênero.

Em última análise, este trabalho se oferece como uma resposta à convocação de se pensar os caminhos e impasses da metodologia psicanalítica na contemporaneidade. A escrita do impossível se apresenta como uma proposta rigorosa e eticamente consistente, precisamente por sustentar o paradoxo como seu motor e o impasse como seu solo. Não se trata, enfim, de falar do feminino por um método, mas de acolher a aposta radical de deixar que o feminino se escreva como método.

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Allouch, J. (2004). *Erótica do luto: o que os vivos podem esperar dos mortos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Allouch, J. (2007). *A clínica do escrito*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

- Assoun, P-L. (1996). *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (1999). *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34.
- Branco, L. C. (2024). *O que é escrita feminina acrescido de Feminino de ninguém: exercícios de aproximação* (2ª ed.). Salvador: Amitié Casa Editorial.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calazans, R. & Neves, T. I. (2010). Pesquisa em Psicanálise: da qualificação desqualificante à subversão. *Revista Psicologia Clínica*, 22(2), 201-213.
- Chaves, W. C. (2021). *A paixão pelo impossível: preâmbulos do conceito de real no ensino de Jacques Lacan*. São Paulo: Dialética.
- Evaristo, C. (2020). Escrivência e seus subtextos. In Nunes, R. I. & Duarte, C. L. (Orgs.), *Escrivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. (pp. 26-46). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte.
- Freud, S. (2003). Projeto de uma Psicologia. In Gabbi Jr., O. F. *Notas a projeto de uma Psicologia: as origens utilitaristas da Psicanálise*. (pp. 173-260). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1895).
- Freud, S. (2020). Além do princípio de prazer. In *Obras incompletas de Sigmund Freud – Além do princípio de prazer (Jenseits des lustprinzips)*. (pp. 57-220, M. R. S. Moraes, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica. (Obra original publicada em 1920).
- Gerbase, J. (2011). *A hipótese lacaniana*. Salvador: Associação científica Campo Psicanalítico.
- Green, A. (2009). *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed.
- Green, A. (2010). *El pensamiento clínico*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Guerra, A. M. C. (2001). A lógica da clínica e a pesquisa em Psicanálise: um estudo de caso. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 4(1), 85-101.
- Iannini, G. (2017). Epistemologia da pulsão: fantasia, ciência, mito. In Freud, S., *Obras Incompletas de Sigmund Freud – As pulsões e seus destinos*. (pp. 91-133, P. H. Tavares, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica. *Ágora*, 7(1), 115-138.
- Kessler, C. H. & Silva, T. P. (2021). Psicanálise, clínica e universidade: impasses e possibilidades. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, e37415.
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1968-1969).
- Lacan, J. (2010). *Encore*. Rio de Janeiro: Escola letra freudiana. (Obra original publicada em 1972-1973).
- Lispector, C. (1980). *Água viva*. Barreiras: Nova Fronteira.
- Maurano, D. (2023). *Reviramentos do feminino e seus mistérios gozosos*. São Paulo: Aller.
- Pommier, G. (1987). *A exceção feminina: os impasses do gozo*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Preciado, P. B. (2018). *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições.
- Sigmund Freud Associação Psicanalítica (Org.). (2014). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Silva, S. L. C. (2019). *O que significa elevar um caso ao paradigma?: o estatuto do exemplo em Agamben, Freud e Lacan*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Teodoro, E. (2025). *Não-toda escrita: cartografias para escrever o feminino*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil.
- Vorcaro, A. M. R. (2019). A verdade da experiência da transmissão em Psicanálise. *Estilos Clínicos*, 24(3), 425-431.
- Wieczorek, R. T., Kessler, C. H. & Dunker, C. I. L. (2020). O (f)ato clínico como ferramenta metodológica para a pesquisa clínica em Psicanálise. *Tempo Psicanalítico*, 52(2), 185-213.
- Zilberberg, C. (2011). *Elementos de semiótica tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Letting the feminine write itself as method: the writing of the impossible in psychoanalytic research

Abstract

This article proposes a research methodology in psychoanalysis, termed the “writing of the impossible,” designed to investigate the feminine as a clinical and conceptual operator, precisely due to its resistance to formalization and the logic of the whole. Instead of reducing the feminine to an object of conceptual representation, it is assumed that it inscribes itself as impossible, and it is precisely this logic that guides the method. Grounded in a theoretical-clinical approach, the writing of the impossible is structured around four guiding principles: (i) the Lacanian logic of the not-all, (ii) the Freudian temporality of the afterwards (*Nachträglichkeit*), (iii) the articulation with tensive semiotics, which guides a “reading-listening” sensitive to intensities, and (iv) the ethics of the “clinic of the written,” which navigates between listening and formalization. The methodology proposes a torsion from listening to reading, introducing the concept of the clinical (f)act as a construction and embracing non-knowing as an ethical axis of rigor and orientation of knowledge. Thus, the writing of the impossible asserts itself as a methodology that allows the feminine not just to be thematized, but to write itself as method, leading the research to embody, and not merely expose, the logic of its object.

Keywords: Psychoanalytic research, The feminine, Writing of the impossible, Reading-listening, Not-all.

Dejar que lo femenino se escriba como método: la escritura de lo imposible en la investigación en Psicoanálisis

Resumen

Este artículo propone una metodología de investigación en Psicoanálisis, denominada “la escritura de lo imposible”, concebida para investigar lo femenino como operador clínico y conceptual, precisamente por su resistencia a la formalización y a la lógica del todo. En lugar de reducir lo femenino a un objeto de representación conceptual, se asume que se inscribe como imposible, y es justamente esa lógica la que orienta el método. Fundamentada en un enfoque teórico-clínico, la escritura de lo imposible se estructura a partir de cuatro principios rectores: (i) la lógica lacaniana del no-todo, (ii) la temporalidad freudiana del “sólo-después” (*Nachträglichkeit*), (iii) la articulación con la semiótica tensiva, que orienta una “lectura-escucha” sensible a las intensidades, y (iv) la ética de la “clínica de lo escrito”, que transita entre la escucha y la formalización. La metodología propone una torsión de la escucha a la

lectura, introduciendo el concepto del (h)echo clínico como construcción y acogiendo el no-saber cómo eje ético de rigor y orientación del saber. Así, la escritura de lo imposible se afirma como una metodología que permite que lo femenino no solo sea tematizado, sino que se escriba como método, conduciendo la investigación a encarnar, y no solo a exponer, la lógica de su objeto.

Palabras clave: Investigación en Psicoanálisis, Lo femenino, Escritura de lo imposible, Lectura-escucha, No-todo.

Laisser le féminin s'écrire comme méthode: l'écriture de l'impossible dans la recherche en Psychanalyse

Résumé

Cet article propose une méthodologie de recherche en Psychanalyse, nommée “l'écriture de l'impossible”, conçue pour investiguer le féminin en tant qu'opérateur clinique et conceptuel, précisément en raison de sa résistance à la formalisation et à la logique du tout. Au lieu de réduire le féminin à un objet de représentation conceptuelle, nous partons du principe qu'il s'inscrit comme impossible, et c'est justement cette logique qui oriente la méthode. Fondée sur une approche théorico-clinique, l'écriture de l'impossible se structure autour de quatre principes directeurs : (i) la logique lacanienne du pas-tout, (ii) la temporalité freudienne de l'après-coup (*Nachträglichkeit*), (iii) l'articulation avec la sémiotique tensive, qui guide une “lecture-écoute” sensible aux intensités, et (iv) l'éthique de la “clinique de l'écrit”, qui navigue entre l'écoute et la formalisation. La méthodologie propose une torsion de l'écoute à la lecture, introduisant le concept de fait clinique en tant que construction et accueillant le non-savoir comme axe éthique de rigueur et d'orientation du savoir. Ainsi, l'écriture de l'impossible s'affirme comme une méthodologie qui permet au féminin non seulement d'être thématisé, mais de s'écrire comme méthode, amenant la recherche à incarner, et non simplement à exposer, la logique de son objet.

Mots-clés: Recherche psychanalytique, Le féminin, Écriture de l'impossible, Lecture-écoute, Pas-tout.

Recebido em: 30/09/2025

Revisado em: 20/10/2025

Aceito em: 22/10/2025